



ISSN 1984-5634

ENTRE GUERRAS, PORCOS E ESPINGARDAS: OS IRÃ AMRAYRÉ (MEBÊNGÔKRE-KAYAPÓ) E A FRONTEIRA ARAGUAIA NO SÉCULO XIX¹

Between wars, pigs and rifles: the Irã amrayré (Mebêngôkre-Kayapó) and the Araguaia frontier in the 19th century

LAÉCIO ROCHA DE SENA²

RESUMO

Na segunda metade do século XIX, a província de Goiás empreendeu um conjunto de ações visando fomentar a ocupação e colonização da porção norte do seu território e, com isso, promover a navegação para o litoral paraense através dos rios Araguaia e Tocantins. Para tal era fundamental a catequese e civilização indígena. É nesse contexto que foram fundados às margens desses rios alguns presídios militares e aldeamentos, constituindo assim uma fronteira. A pesquisa toma como *locus* de análise um desses presídios, o de Santa Maria do Araguaia (Araguacema/TO), refundado na década de 1860, e busca refletir acerca da relação dos Irã amrayré, um subgrupo Mebêngôkre, com esse presídio ao longo da segunda metade do século XIX. A partir da análise de documentação, verificou-se que os indígenas buscaram e, de certo modo conseguiram, manejar a fronteira segundo os seus interesses.

PALAVRAS-CHAVE: Goiás; fronteira; povos indígenas.

ABSTRACT

In the second half of the 19th century, the province of Goiás undertook a set of actions aimed to encourage the occupation and colonization of the northern portion of its territory and, with that, promote navigation to the coast of Pará through the Araguaia and Tocantins rivers. For this, catechesis and indigenous civilization were fundamental. It's in this context that some military prisons and villages were founded on the banks of these rivers, thus constituting a frontier. The research takes as the locus of analysis one of these prisons, Santa Maria do Araguaia (Araguacema/TO), refounded in the 1860s, and seeks to reflect on the relationship of the Irã amrayré, a Mebêngôkre subgroup, with this prison throughout second half of the 19th century. From the documentation analysis, it was verified that the indigenous people sought and, in a way, managed to manipulate the frontier according to their interests.

KEYWORDS: Goiás; frontier; indigenous peoples.

EDITORA-CHEFE:

Elisa Schneider Venzon

EDITOR-GERENTE:

Leandro Ferreira Souza

SUBMETIDO: 28/07/2023

ACEITO: 06/12/2023

COMO CITAR:

SENA, L. R. de. Entre guerras, porcos e espingardas: os Irã amrayré (Mebêngôkre-Kayapó) e a fronteira Araguaia no século XIX. *Aedos*, Porto Alegre, v. 16, n. 35, p. 63-85, dez.-mar. 2024.

<http://seer.ufrgs.br/aedos/>

¹ O presente artigo corresponde a uma versão modificada do capítulo 4 de minha tese de doutorado, acrescido de pesquisas posteriores com financiamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas do Pará (FAPESPA), a quem agradeço.

² Doutor em História pela Universidade Federal do Pará (PPHIST/UFPA). É professor adjunto da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). Desenvolve pesquisas em história indígena e do indigenismo na Amazônia do século XIX. Orcid: 0000-0003-2275-1051. E-mail: laeciorocha@unifesspa.edu.br

No dia 28 de março de 1869, o Jornal *O Liberal do Pará* noticiou um importante encontro ocorrido às margens do rio Araguaia, no presídio de Santa Maria do Araguaia (atual município de Araguacema/TO), antigo norte de Goiás. De um lado estava o comandante do presídio, o capitão José Manoel da Silva, e do outro, o líder indígena de uma das várias aldeias³ dos Mebêngôkre-Kayapó localizadas na margem esquerda do rio Araguaia, região de cerrado. Tratava-se do capitão Wanaô. Ele pertencia a um subgrupo Mebêngôkre autodenominado Irã amrayré⁴, o qual havia permanecido na região após a divisão do seu grupo original, quando no início do século XIX os ancestrais dos atuais Xikrin se deslocaram para a região da bacia do Cateté-Itacaiúnas e, entre os anos de 1840 a 1860, um outro grupo se direcionou para as matas do Xingu e seus afluentes, os Gorotire (SENA, 2021). Expressando-se com gestos e “uma ou outra palavra portuguesa de que destacadamente usam”, Wanaô buscou se aproximar daquele presídio, seu capitão, e estabelecer relações pacíficas. Descritos como os “mais valentes inimigos que os cristãos tinham nesses sertões”, os “cahiapós” – como foram denominados pelo jornal – se apresentaram em paz, porém com uma força de cerca de 2 mil arcos⁵.

Entre os anos de 1859 a 1862 as autoridades da província de Goiás tentaram refundar aquele presídio na margem direita do rio Araguaia a fim de auxiliar o comércio e a navegação para Belém, a catequese e civilização indígena e, por fim, favorecer a expansão da frente agropastoril (SENA, 2021). Durante esse período os planos da província foram obstados pelos Mebêngôkre e outros grupos indígenas, os quais destruíam as instalações do presídio, não permitindo a fixação dos *kubẽ* em seu território. Na década de 1860, no entanto, a situação havia mudado significativamente e eles buscaram uma aproximação. Eis o que informou o Jornal *O Liberal do Pará*: “[p]arece que acossados agora por outra tribo mais numerosa, que deve habitar entre o Chingú [Xingu] e o Araguaia, e que eles designam pelo nome de Burutiré [Gorotire] chegam-se a nós” (O LIBERAL DO PARÁ, n. 62, 1869, p. 2). Nota-se que a mudança de postura por parte dos indígenas para com aquele presídio guarda mais relações com as dinâmicas internas do grupo e suas guerras, que com as ações das autoridades provinciais visando a sua catequese e civilização. Foram os próprios indígenas que

³ A partir de Alencastre (2000), compreendo a aldeia enquanto aqueles *habitats* que os próprios indígenas construíam para si, ao passo que os aldeamentos são os enclaves de poder, construídos e dirigidos por missionários.

⁴ “Os que viajam em terreno limpo” (TURNER, 1992, p. 314). Muito embora sejam tratados na documentação histórica apenas como Kayapó, desconsiderando assim a sua autoafirmação, pode-se afirmar que durante o contato e o convívio com os moradores do presídio de Santa Maria do Araguaia, a partir da década de 1860, essa já era a sua autodenominação. As fontes oficiais produzidas pela província de Goiás, cujas informações ali contidas muitas vezes eram colhidas junto aos “Kayapó”, davam conta, por exemplo, da diferenciação entre eles, os Irã amrayré, os Gorotire e os ancestrais dos atuais Xikrin.

⁵ Fatos Diversos (O Liberal do Pará. Belém do Pará, 28 de março de 1869, p. 02). As informações apresentadas na reportagem foram colhidas junto ao Bispo da Diocese de Goiás, D. Joaquim Antônio de Azevedo, e José Vieira de Couto Magalhães, ex-presidente das províncias de Goiás, Pará e Mato Grosso e proprietário da empresa de navegação a vapor do rio Araguaia. Eles haviam chegado a Belém no dia anterior, após descerem os rios Vermelho, Araguaia e Tocantins.

⁶ Etnônimo Mebêngôkre utilizado para se referir ao estrangeiro, os não indígenas. Doravante utilizaremos esse etnônimo para nos referirmos aos não indígenas (os “brancos”).

buscaram a aproximação com os *kubẽ*, e isso se deu no momento em que lhes parecia mais apropriado, haja vista os conflitos com os Burutiré (Gorotire).

A aproximação e o estabelecimento de aliança por parte dos Irã amrayré com o presídio foi descrita pelas autoridades da província de Goiás como o resultado da ação do missionário capuchinho frei Francisco do Monte S. Vito, silenciando assim os interesses indígenas nesse processo (SENA, 2021). O missionário capuchinho, que dirigia o aldeamento de Boa Vista do Tocantins, foi deslocado para as margens do Araguaia para justamente fundar aquele presídio e aldear no seu entorno os grupos indígenas da região, em especial os Irã amrayré e os Karajá (autodenominados *Iny*). Algumas reflexões já produzidas na academia ressaltaram a agência do missionário nesse processo – como, por exemplo, o estudo de Francisquinha Carvalho (2006) – ou mesmo destacaram o caráter pacífico dessa aliança e sua consequência para os Irã amrayré (RIBEIRO, 2017 [1970], p. 71; GORDON, 2006, p. 136; MOREIRA NETO, 1960, p. 13). Na memória de alguns grupos Mebêngôkre na contemporaneidade, os Irã amrayré são descritos como aqueles que “preferiram se aliar com os brancos a brigar e resistir, e fazer guerra pela manutenção de seus costumes e de sua terra” (CHAVES, 2012, p. 162). Os testemunhos históricos, no entanto, evidenciam que essa relação de aliança nem sempre foi durável, uma vez que, a depender das circunstâncias, os indígenas empreendiam guerras contra os *kubẽ*. Eis a razão pela qual um certo presidente da província de Goiás, descreveu aquele presídio como o “teatro das mais encarniçadas lutas contra os índios” (GOIÁS, 1880, p. 32).

A fundação do presídio de Santa Maria do Araguaia, assim como de aldeamentos, se inseria dentro de um conjunto de ações mais amplas por parte da província de Goiás com o objetivo de ligar sua capital goiana ao litoral paraense, mediante a navegação do rio Araguaia. Não por acaso eles eram erigidos estrategicamente às margens dos rios. Com isso, criar-se-ia um corredor fluvial estratégico para o escoamento de mercadorias produzidas pela província e a importação de bens importados, abrindo-se assim uma rota diferente daquela que usualmente era utilizada, qual seja o transporte de cargas vindas da Rio de Janeiro e São Paulo por terra e no lombo de animais. Tal rota encarecia os produtos quando estes chegavam à praça comercial goiana. Portanto, o estabelecimento dessas duas instituições (presídios militares e aldeamentos) se constituía em peça fundamental desse processo de incorporação do norte da província de Goiás à dinâmica socioeconômica regional e do império brasileiro. É no bojo dessa “expansão por dentro”, para utilizar a expressão de Ilmar Mattos (2005, p. 26), que o norte goiano se constituiu numa fronteira, entendida aqui enquanto “produto da ação humana, um lócus onde atividades produtivas e relações sociais ocorrem e que, ele mesmo, se constrói e vai ganhando significado pela ação dos sujeitos

históricos em um contexto social específico” (FLORES & FARINATTI, 2009, p. 153). Ela é um espaço em que se opera o encontro de sujeitos diferentes entre si (MARTINS, 1996, p. 27).

O supracitado encontro entre Wanaô e o comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia nesse contexto de expansão da fronteira, mas também de busca de aliança dos Irã amrayré com os *kubẽ*, marcou profundamente a história desse grupo. Enquanto os *kubẽ* tentaram manejar essa relação a fim de os catequizar e civilizar, de modo a consolidar a ocupação e colonização da região, os Irã amrayré também buscaram manejar essa relação a seu favor. O presente artigo tem como objetivo compreender esse processo, tomando como sujeito de análise esse grupo indígena em sua relação com os *kubẽ* daquele presídio, *locus* estratégico para a análise das experiências históricas concretas dos indígenas. O texto se debruça sobre dois aspectos principais: a incorporação por parte dos Irã amrayré de elementos da cultura material dos *kubẽ* (armas de fogo, munições, entre outros) e as transformações pelas quais o grupo passou a partir dessa relação, focando especialmente na modificação ocorrida no que diz respeito à destinação das crianças que tradicionalmente eram raptadas aos outros grupos indígenas. Para tanto, lancei mão de um conjunto documental produzido exclusivamente pelos não indígenas, principalmente aqueles que executavam a política indigenista na província de Goiás: relatórios oficiais, relatos de viajantes, ofícios e jornais. Perscrutar as ações dos indígenas numa documentação produzida por não indígenas exigiu, como de costume, uma análise e leitura a contrapelo.

É mister lembrar a importante admoestação de John Monteiro (1999), para quem o maior desafio na pesquisa sobre a história dos povos indígenas no Brasil é a desconstrução de certas imagens e pressupostos. É preciso, segundo ele, renunciar “um binômio clássico que opõe um tipo de índio resistente a um outro tipo de índio colaborador” (MONTEIRO, 1999, p. 239). Nessa perspectiva, ver-se-ia a resistência enquanto a negação do contato, manifestada pela guerra ou pela fuga. Faz-se isso em nome da preservação da “cultura tradicional”. No polo oposto, o diálogo e a relação com a sociedade do não indígena (a sociedade colonial ou a sociedade nacional) era compreendida enquanto uma acomodação, aculturação. Atento a essas questões e compreendendo a cultura enquanto produto histórico, portanto, dinâmica, este artigo busca refletir acerca da fronteira enquanto lugar de contato, relação, interconexão de cultura ou, para utilizar uma expressão de Gonzalo Lamana (2001), *lugares grises*.

GUERRAS, PORCOS E ESPINGARDAS

Era o mês de outubro do ano de 1875 quando Wanaô organizou uma expedição guerreira para marchar rumo ao rio Xingu contra os Gorotire. Estes haviam atacado a sua aldeia e raptado alguns porcos, os quais tinham sido dados pelo comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia. De acordo com o presidente da província de Goiás, Antero Cícero de Assis, além do furto, Wanaô e

seus liderados eram motivados por “antigas rixas”, razão pela qual eles não acataram os pedidos do comandante do presídio, Major Pedro Dias Paes Leme, e do diretor do aldeamento de São José do Araguaia para que não saíssem “a bater” os Gorotire (GOIÁS, 1876, p. 31-32). Em relatório, o encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia buscou salientar a animosidade entre Wanaô, seus guerreiros e os Gorotire nos seguintes termos: “sendo certo que só uma rixa antiga, como a dessas duas tribos, é que desprezam conselhos pela sede de vingança, que nutrem entre si e é própria de suas índoles guerreiras”⁷.

Dentre as competências dos comandantes dos presídios militares da linha do Araguaia definidas pelo decreto nº 750 de 2 de janeiro de 1851 estava a de não tomar parte nos conflitos indígenas, mas de mediar e suprimir essas tensões (BRASIL, 1851). Wanaô, porém, não se deixou convencer pelo Major Pedro Dias e seguiu com sua expedição, que contava com mais de cem homens e trinta mulheres. O resultado da empreitada foi registrado pelo presidente da província: “vinte dias depois voltou Wanaô somente com 8 dos 130 companheiros, dizendo que vencido pelos Gorotire, haviam ficado o mais, uns mortos e outros prisioneiros”⁸. Ao que parece, o conflito ocorreu ainda nos campos do Araguaia, território Irã amrayré, pois além de fazerem prisioneiros, os Gorotire também “tomaram uma pequena roça que estes possuíam e de que se alimentavam”⁹. Como consequência dessa malfadada expedição, a aldeia de Wanaô, que antes da expedição somava “trezentas e tantas almas, perdeu trinta mulheres e noventa e um homens, restando só 20 homens” (CORREIO OFICIAL DE GOIÁS, n. 01, 1876, p. 1) e, com isso, eles ficaram numa situação de extrema penúria¹⁰. Essa não era a primeira expedição realizada por Wanaô contra os Gorotire, conforme afirmou José da Costa Xavier de Barros, o encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia. Segundo ele, “este cacique [Wanaô], insaciável como é pela sede de vingança que tem nos seus adversários, vive sempre em correrias contra os mesmos”¹¹. No final do século XIX, um missionário dominicano, frei Gil Vilanova, encontrou um caminho medindo aproximadamente 8 metros de largura, na região do ribeirão das Arraias, um dos afluentes da margem esquerda do rio Araguaia. Segundo informou H. Coudreau, um explorador francês, ele foi construído por Wanaô para “garantir a dominação dos Kayapó sobre os Gorotire” (COUDREAU, 1897, p. 200-201).

⁷ Relatório do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia. Leopoldina, 25 de abril de 1876. In: GOIÁS, Governo. Relatório apresentado à Assembleia Legislativa Provincial de Goiás pelo Exm. sr. dr. Antero Cicero de Assis, presidente da Província, em 1º de junho de 1876. Goiás. Tipografia Provincial, 1876, p. 1, anexo.

⁸ *Idem*.

⁹ Relatório da Secretaria de Política de Goiás. 04 de maio de 1876. In: GOIÁS, 1876, p. 6, anexo.

¹⁰ Ofício do Presidente da Província ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 17 de dezembro de 1875. AHEG. Documento Manuscrito. Livro 576 – Correspondência da Presidência da Província ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1873-1877), 67.

¹¹ *Idem*.

As expedições de Wanaô contra seus adversários representavam um problema às pretensões da província de realizar a catequese e civilização dos grupos indígenas do vale do rio Araguaia. O encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia receava, inclusive, que os outros grupos indígenas da região pudessem pensar que Wanaô estivesse sendo auxiliado pelo presídio de Santa Maria do Araguaia. Tal fato, na sua compreensão, poderia fazer com que os indígenas recusassem o contato e o aldeamento nas proximidades do presídio ou, na pior das hipóteses, atacassem-no. A solução apresentada por Xavier de Barros ao presidente da província foi algo que já se vinha tentando desde a década de 1860: “aldear os índios Kayapó da aldeia do cacique Wanaô em S. Maria, debaixo das vistas do respectivo diretor”¹². Isso jamais aconteceu. Menos por falta de receitas, segundo apontou o relatório do encarregado, e mais pelo fato de os Irã amrayré não quererem se aldear no presídio.

A ideia de que a expedição de Wanaô contra os Gorotire era motivada por sua sede de vingança e antigas rixas era na verdade a forma como a dinâmica das cisões dos Mebêngôkre era percebida pelas autoridades da província. Conforme afirmam os etnógrafos dos Mebêngôkre, a separação dos grupos que deixaram grupo ancestral, na primeira metade do século XIX, seguia-se a instauração de um conflito entre os dois grupos (VERSWIJVER, 1985; GORDON, 2006). Mesmo após a cisão e sua posterior migração para as matas do Xingu, os Gorotire continuavam a visitar as margens do rio Araguaia, realizando guerras contra os Irã amrayré. Em edição de 5 de abril de 1871, o jornal *O Liberal do Pará* ressaltou justamente essas expedições, dizendo: “[...] Gorotire, esses são nossos patrícios; habitam o alto Xingu, e fazem excursões entre esse rio e o Araguaia” (O LIBERAL DO PARÁ. n. 75, 1871, p. 01). A atitude de Wanaô não foi um ato fortuito ou impulsivo, como faz parecer os testemunhos históricos, mas estava de acordo com a dinâmica das relações interculturais estabelecidas entre os grupos indígenas do médio Araguaia e que eram anteriores à chegada do *kubẽ* naquele território.

O episódio da expedição de Wanaô contra os Gorotire apresenta também outra dimensão da guerra entre os Mebêngôkre: o rapto de mulheres. Conforme lembrou Gordon, nos confrontos ‘intra-étnicos’ (entre os Mebêngôkre) a guerra acabava por produzir uma espécie de “reciprocidade negativa”, na qual “as mulheres circulavam entre as aldeias por meio da força” (GORDON, 2006, p. 123). Uma vez raptadas, na nova aldeia elas receberiam um novo marido e seriam inseridas dentro da coletividade aldeã. Nos relatos colhidos por Curt Nimuendajú entre os últimos Irã amrayré em Conceição do Araguaia na década de 1930, as narrativas acerca das guerras com os Gorotire evidenciam o rapto de mulheres como uma prática constante. No relato intitulado *A guerra contra o Gorotire*, o autor descreve um ataque dos Gorotire a uma aldeia Irã amrayré no rio Arraias. De

¹² Relatório do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia. Leopoldina, 25 de abril de 1876. In: GOIÁS, 1876, p. 1, anexo.

acordo com a narrativa, enquanto três guerreiros que revidaram o ataque fugiram, “os Gorotire foram *levando as mulheres capturadas*” (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 74, grifo meu). Buscando revidar o ataque, os Irã amrayré marcharam contra os Gorotire e atacaram sua aldeia, “capturaram diversas mulheres Gorotire, mas estas também escaparam todas, voltando para a sua tribo” (VIVEIROS DE CASTRO, 1986, p. 74, grifo meu). Já no relato intitulado *A campanha de Nokára*, o autor registrou que três mulheres raptadas aos Irã amrayré pelos Gorotire haviam recebido um companheiro.

Circulavam-se mulheres, mas também bens materiais. Para os Gorotire ou os Xikrin a guerra com os Irã amrayré era uma forma de garantir acesso a bens manufaturados que estes adquiriam, pelo rapto ou negociação, junto ao presídio de Santa Maria do Araguaia. No início desse tópico vimos como o rapto dos porcos pelos Gorotire foi o responsável pela campanha de Wanaô. Cesar Gordon apontou um certo padrão com relação às guerras estabelecidas entre os Xikrin e os Gorotire contra os Irã amrayré. Segundo ele, “grupos que se encontravam mais afastados dos colonos brasileiros procuravam garantir algum acesso aos bens industrializados dos brancos, por meios indiretos, isto é, por intermédio daqueles que se encontravam em uma posição de contato mais regular” (GORDON, 2006, p. 123). Neste caso, as guerras contra os Irã amrayré permitiam aos Gorotire raptarem vários bens materiais que aqueles obtinham através do contato que estabeleciam com o presídio de Santa Maria do Araguaia. A imprensa paraense de fins do século XIX também registrou vários ataques dos Gorotire a acampamentos de seringueiros nas matas do Xingu e seus afluentes¹³.

Percebendo as vantagens da incorporação de espingardas nas guerras contra seus tradicionais inimigos, os Irã amrayré passaram a pleiteá-las junto ao presídio de Santa Maria do Araguaia. Assim, no dia 11 de novembro de 1882, com o apoio de duas canoas e seis praças armados, os Irã amrayré atravessaram o rio Araguaia rumo ao presídio. Segundo informou o comandante, três indígenas foram até aquela guarnição em busca de “ferramentas e outros brindes e também de

¹³ Na edição de 3 de novembro de 1880, o jornal *A Constituição* noticiava o ataque dos Karajá – como eram chamados os Kayapó no Pará até 1918 (NIMUENDAJÚ, 1952, p. 427) – à feitoria do comerciante Luiz Carlos Barbosa, no alto Xingu. Na ocasião, informa o jornal, eles “mataram dois homens e arrebataram um menor de 9 anos de idade”. A reportagem continua: “[...] deram há pouco tempo, quase na mesma data, diversos ataques em diversos lugares, num destes ataques, no lugar denominado *Bacabal* (cachoeira), ficaram mortos três índios e ferido, numa perna, um dos nossos homens” (p. 2, grifo no original). De acordo com alguns “conhecedores dos turnos dos Karajá”, eles estavam se dirigindo para a vila de Souzel, para assaltá-la. No verão, aquela vila ficava quase abandonada, pois grande parte de seus habitantes se embrenhavam nos seringais. Em 30 de agosto de 1882, o mesmo jornal noticiou o ataque dos Karajá contra o aldeamento dos índios *Aixipaias*, à margem do rio Iriri, na região do Xingu. Estes foram atacados de surpresa, por ocasião da realização de suas “solenidades religiosas”. De acordo com o jornal, “o número de índios mortos excede ao de setenta”. O *Almanak Paraense de Administração, Comércio, Indústria e Estatística*, em 1883, demonizava os Karajá, juntamente com os Apiacás, enquanto grupo de índios “nômades, que vivem do saque e do roubo” (p. 222). Os constantes ataques realizados pelos Karajá na região do Xingu representavam um duro golpe na economia extrativista, por essa razão os comerciantes de Souzel, e mesmo da capital paraense, exigiam ações mais enérgicas por parte da Província, principalmente no tocante ao aumento da força militar na região.

espingardas, pólvora, chumbo e espoletas por se acharem perseguidos pelos índios Gorotire aldeados no mesmo território”¹⁴. A presença de espingardas entre os Irã amrayré foi uma constante durante o período em que eles mantiveram relação com o presídio de Santa Maria do Araguaia. É mister ressaltar que muitas vezes os bens materiais dados aos indígenas não eram discriminados detalhadamente, eis que eram simplesmente denominados de brindes. Apesar disso, é possível obter algumas informações na documentação. Em 1864, em ofício ao Inspetor da Tesouraria da Província, o presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira o autorizava a pagar a quantia de duzentos e três mil e cem réis ao negociante Francisco de Faria Albernaz, referente a “objetos a ele comprados para os índios que vieram com o Comandante do Presídio de S. Maria do Araguaia”¹⁵. Dentre os itens que constavam na nota fiscal anexa ao ofício estavam ferramentas de trabalho agrícola (5 foices, 5 machados, 5 facas grandes), roupas e acessórios (10 camisas, 10 calças, 5 chapéus, 5 mantas de algodão), além de anzóis, tesouras, espelhos e rosários. Junto a esses brindes, constavam também “5 espingardas fulminantes”, chumbo grosso e pólvora¹⁶.

Um recibo de 12 de novembro de 1875, assinado pelo ferreiro do presídio de Santa Maria do Araguaia, o sr. Antônio José Falcão, dá conta da presença de espingardas entre os Irã amrayré, denominados Kayapó, e os Karajá:

Relação das obras que consertei para os Índios Kayapó e Karajá moradores nas imediações do Presídio de Santa Maria, por ordem do Snr. Comandante, para ser presente ao Ilmo. Snr. Tesoureiro da Catequese.

4 espingardas a 1.600 – 6.400
 1 machado a 1.500 – 1.500
 2 espingardas mais 1.500 – 3.000
 3 machados a 1.500 – 3.500 (sic)
 1 espingarda 1.300 – 1.300
 6 machados 1.400 – 8.400
 1 espingarda 2.000 – 2.000
 1 faca 1.000 – 1.000
 28.1000

Santa Maria, 12 de novembro de 1875
 Antônio José Falcão¹⁷

Como se pode notar, além de ferramentas agrícolas, o recibo lista uma quantidade de 8 espingardas pertencentes aos indígenas que foram consertadas pelo ferreiro, a pedido do comandante do presídio. No início daquele mesmo ano, em 15 de fevereiro de 1875, Antônio José Falcão já havia recebido do Tenente José da Costa Xavier de Barros, encarregado da Catequese do

¹⁴ Correspondência do Presidente da Província ao Comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, em 16 de fevereiro de 1883. AHEG. Documentos manuscritos. Livro 662 – Correspondência da Presidência da Província para a Inspetoria Geral da Província (1877-1884), p. 36.

¹⁵ Ofício do Presidente da Província ao Inspetor da Tesouraria da Fazenda, em 8 de novembro de 1864. MUBAN. Vol. 1680. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. II – Aldeias 8 – Aldeia Santa Maria do Araguaia.

¹⁶ *Idem*.

¹⁷ N. 25B. Santa Maria, 12 de novembro de 1875. MUBAN. Vol. 1673. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. 3 – Diversas despesas, grifo meu.

rio Araguaia, a quantia de 38.500 réis referente ao conserto realizado para “as tribos dos índios Karajá e Kayapó”¹⁸. Foram consertados machados, enxadas, facas, facões e 5 armas de fogo. No ano seguinte, em 18 de julho de 1876, o comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, Pedro Dias Paes, comunicou ao tesoureiro e encarregado da Catequese do Vale do Araguaia que entre os meses de fevereiro e junho daquele ano o ferreiro do presídio havia consertado as ferramentas e espingardas pertencentes aos indígenas da região (Karajá e Irã amrayré)¹⁹. Eis abaixo a conta enviada pelo comandante ao tesoureiro do Serviço de Catequese da Vale do Araguaia:

Conta corrente das ferramentas consertadas no Presídio de Santa Maria do Araguaia, para os índios Kayapó e Karajá, por conta da Catequese e apresentado ao Sr. Diretor dos índios deste Presídio, a contar de fevereiro a junho. A saber:

Cinco espingardas a um mil réis – 5.000
Onze machados a mil e quinhentos réis – 16.500
Nove facões a um mil cada um – 9.000
Nove machados a mil e quinhentos – 13.500
Seis facões a mil réis – 6.000
Quatro fouce a mil quinhentos – 6.000
Um facão – 1.000
Dois machados a mil e quinhentos – 3.000
Uma espingarda por um mil réis – 1.000
Uma faca por um mil réis – 1.000
Soma – 62.000 (sic)
Mais
Um machado [...] um mil e quinhentos réis – 1.500
Uma foice a um mil e quinhentos – 1.500
Um facão a um mil réis – 1.000
Uma foice a um mil e quinhentos réis – 1.500
Dois facões a um mil e réis cada um – 2.000
Soma – 69.500
S. Maria, 15 de julho de 1876²⁰

Em virtude da demanda crescente dos índios do Araguaia por “ferro”, o comandante Pedro Dias Paes sugeriu ao tesoureiro do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia a contratação do ferreiro Antônio José Falcão pelo valor de 50.000 réis. Em sua argumentação o comandante informou que essa demanda era o resultado da estratégia da política indigenista de criar necessidades entre os índios a fim de chamá-los ao “grêmio social”. Em janeiro de 1880, o presidente da província autorizou o encarregado interino do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia a assinar um contrato com Antônio José Falcão no valor de 1.000.000 réis anuais²¹. Por vezes, a documentação não informava o etnônimo do grupo indígena, tratando-os de maneira mais genérica.

¹⁸ N. 25D. Santa Maria, 15 de fevereiro de 1875. MUBAN. Vol. 1673. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. 3 – Diversas despesas.

¹⁹ N. 21. Santa Maria, 18 de julho de 1876. MUBAN. Vol. 1673. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. 3 – Diversas despesas.

²⁰ Conta Corrente das ferramentas consertadas no presídio de Santa Maria do Araguaia..., em 15 de julho de 1876. In: N. 21. Santa Maria, 18 de julho de 1876. MUBAN. Vol. 1673. Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas. II Catequese. I – Colégio Isabel. 3 – Diversas despesas, grifo meu.

²¹ Ofício do Presidente da Província ao Encarregado Interino do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia, em 10 de janeiro de 1880. AHEG. Documento manuscrito. Livro 673 - correspondência da Presidência da Província relativo à catequese dos índios (1878-1885).

Veja-se, por exemplo, o relatório de 1870 do presidente Ernesto Augusto Pereira. Ao mencionar a busca dos grupos indígenas do vale do rio Araguaia por “brindes”, destacou: “não apreciam muito as missangas e outras miudezas, pedem enxadas, machados, fouce, *espingardas* e anzóis” (GOIÁS, 1870, p. 16, grifo meu). A opção por ferramentas e armas de fogo por parte dos indígenas, em detrimento de “outras miudezas”, foi compreendida pelo presidente como um sinal de que a catequese indígena começava a apresentar resultados positivos. De igual modo, sem mencionar o grupo étnico a que pertenciam, o major Antônio Florêncio Pereira do Lago, chefe da Comissão Exploradora dos rios Tocantins e Araguaia, informou que alguns indígenas se empregavam nas fazendas de criação de gado e no serviço de navegação do rio Araguaia a fim de adquirirem espingardas. Em seu relatório, ele informou: “[h]omens há, e não raros, que tem o aluguel de um índio, por dois ou três anos, em troca de uma espingarda, uma libra de pólvora e o chumbo correspondente” (LAGO, 1876, p. 33). O fato de trabalharem no serviço de navegação ou nas fazendas por um período de até três anos a troca de armas e munição foi visto pelo major como o resultado do que ele denominava de “ignorância, boa fé e brandura” por parte dos grupos indígenas (LAGO, 1876, p. 32).

Vale mencionar – mesmo que em caráter hipotético – que é bem possível que as espingardas chegassem aos Irã amrayré também por meio de sua inserção nas redes de relações interétnicas no vale do Araguaia-Tocantins, quer seja de forma amistosa ou mediante as guerras. No primeiro caso, destaca-se a aliança que os Irã amrayré tinham com os Apinajé, cujas aldeias se localizavam nas margens do rio Tocantins e que recebiam armas de fogo como pagamento por seus trabalhos no serviço da navegação a Belém, ou mesmo em negociações com os moradores de Boa Vista do Tocantins. O presidente José Martins Pereira de Alencastre informou, em 1862, que anualmente os Apinajé atravessavam o Tocantins e se dirigiam até as aldeias dos Gavião, no Maranhão, para guerrear. Acerca dessas expedições, informou Alencastre: “eles matam os que podem e os meninos que conseguem aprisionar são trazidos para Boavista, onde são permutados por ferramentas e armas de fogo”²². Acerca da relação que eles estabeleciam com os Irã amrayré, também denominados de Gradaús²³, apontou o presidente: “os Apinajé mantêm íntima relações com os Gradaús, que habitam o território do Pará”²⁴. Quando visitou as aldeias dos Apinajé, durante sua expedição aos rios Araguaia e Tocantins, o explorador francês Francis Castelnau notou a grande quantidade de armas de fogo nas suas casas. Segundo ele, essas armas eram recebidas como pagamento pelos serviços

²² Informando acerca da catequese e civilização dos índios. 12 de janeiro de 1862. AHEG. Documento manuscrito. Livro 427 - Correspondência da presidência da província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1873), p. 21.

²³ Trata-se de uma denominação dada pelos Karajá-Xambioá aos Mebêngôkre.

²⁴ Informando acerca da catequese e civilização dos índios. 12 de janeiro de 1862. AHEG. Documento manuscrito. Livro 427 - Correspondência da presidência da província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1873), p. 21.

nas embarcações que desciam ao Pará: “gabam-se ainda de ser excelentes remadores, muitos deles tendo feito a viagem pelo rio até Belém do Pará. Por esta longa viagem, que dura de seis a oito meses, recebem a título de pagamento uma espingarda ordinária, de 5 ou 6 francos” (CASTELNAU, 2000, p. 208).

Como foi demonstrado até aqui o contato e o convívio com os *kubẽ* resultaram na introdução cada vez maior de bens materiais (dentre eles as espingardas) entre os Irã amrayré e outros grupos indígenas no vale do Araguaia-Tocantins. A busca por armas de fogo (ou o seu conserto) fazia com que os indígenas se deslocassem de suas aldeias rumo ao presídio de Santa Maria do Araguaia e, em alguns casos, à capital da província. Para os Irã amrayré, a posse de uma espingarda era de suma importância para suas guerras contra os seus tradicionais inimigos, em especial os Gorotire. O episódio do conflito entre Wanaô e seus guerreiros contra os Gorotire, apresentado no início desse tópico, nos revela como o contato das sociedades Mebêngôkre com os diferentes agentes não indígenas na fronteira não ensejou o fim da guerra indígena, como pretendiam as autoridades da província; pelo contrário, conforme pretendo demonstrar adiante, elas não só continuaram, como foram até mesmo impulsionadas pela possibilidade que se apresentou aos Irã amrayré de obterem mais bens materiais através da comercialização dos seus cativos de guerra, mormente crianças.

A GUERRA INDÍGENA E O COMÉRCIO DE CRIANÇAS

Além da incorporação das armas de fogo nas guerras indígenas, conforme vimos, a relação com o presídio de Santa Maria do Araguaia operou também uma significativa mudança na destinação de muitas das crianças que os Irã amrayré raptavam em suas guerras, as quais passaram a ser resgatadas aos índios pelos *kubẽ* mediante troca por bens materiais. Segundo demonstram as etnografias dos Mebêngôkre, tradicionalmente as crianças e as mulheres indígenas raptadas nas guerras eram inseridas no mundo social da aldeia, mediante um processo de socialização. Eles seriam responsáveis por ensinar os cantos, as danças e outros conhecimentos de seu povo aos seus raptadores. É a dinâmica da predação, conforme demonstrou Gordon (2006). Segundo ele, isso implicava em “absorver a diferença do estrangeiro objetivada em sua cultura material, seu conhecimento, seus saberes, sua expressividade técnica e estética” (GORDON, 2006, p. 98). Os testemunhos históricos evidenciam como a experiência social da fronteira operou uma mudança nessa dinâmica cultural.

Em ofício ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 9 de novembro de 1869, o presidente da província Ernesto Augusto Pereira informou que os trabalhos da catequese em Santa Maria do Araguaia eram improficuos devido à sazonalidade dos Irã amrayré e, ato contínuo, ressaltou um dos motivos que os levava a frequentar aquele presídio, a venda de crianças raptadas:

“consta que os índios vendem em S. Maria os filhos de outros índios que matam”²⁵. Frente a essa situação, o presidente orientou o comandante do presídio para que “não consentisse em semelhante negócio, e que tratasse de resgatar os que por ventura tivessem sido vendidos como escravos, e os remetessem para esta Capital, a fim de terem conveniente destino”²⁶. O presidente faz ainda uma ressalva ao comandante: “consentindo, porém, e até influenciando para que sejam trocados por aquelas pessoas que os quiseram para educá-los”²⁷.

Em fevereiro daquele mesmo ano, quando esteve na capital da província, Wanaô prometeu ao presidente da província que retornaria na seca do ano seguinte levando consigo “alguns índios pequenos de ambos os sexos”. A proposta do presidente era de distribuí-los entre as “principais famílias desta Cidade a fim de que sejam convenientemente educados”²⁸. No contato que teve com o comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, narrado na abertura deste artigo, o capitão Wanaô trocou algumas crianças cativas por bens materiais: “[a] troco de machados e facas deram estes selvagens ao capitão José Manoel da Silva Marques, comandante do presídio de Santa Maria meninos de ambos os sexos” (O LIBERAL DO PARÁ, n. 62, 1869, p. 2). O líder indígena parecia ter conhecimento do anseio que os *kubê* tinham pela obtenção de crianças indígenas.

A negociação entre o capitão Wanaô e o comandante do presídio precisa ser compreendida à luz do que ela representava para cada um dos sujeitos envolvidos: para o comandante do presídio, a obtenção de crianças indígenas era uma forma de ir aos poucos incorporando as populações indígenas à dinâmica socioeconômica regional, mediante a sua catequese e civilização. A estratégia a ser adotada pelo militar consistia em “educar” as crianças indígenas recebidas, ensinando-lhes tanto a língua portuguesa, bem como alguns ofícios (ferreiro e carpinteiro, no caso dos meninos, e tecer e fiar, no caso das meninas). Em seguida, elas deveriam ser enviadas para as suas aldeias para ali servirem de “mestres” aos demais. Mais tarde, esse mesmo método foi colocado em prática no colégio Isabel²⁹. Para Wanaô, a negociação com o comandante significou a incorporação dos *kubê*, seus bens materiais e conhecimentos, à sua dinâmica de predação e incorporação da diferença do outro, algo que eles já realizavam através de suas guerras contra os grupos indígenas não

²⁵ Ofício do Presidente da Província ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 9 de novembro de 1869. AHEG. Documento manuscrito. Livro 427 - Correspondência da presidência da província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1873), p. 101.

²⁶ *Idem*.

²⁷ *Idem*.

²⁸ Ofício do Presidente da Província ao Ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 11 de fevereiro de 1869. AHEG. Documento manuscrito. Livro 427 - Correspondência da presidência da província com o Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1861-1873), p. 100.

²⁹ Tratava-se de uma instituição fundada em 1870 na margem direita do rio Araguaia, próximo ao antigo presídio de Leopoldina, atualmente cidade de Aruanã (GO). Idealizado e inicialmente administrado por José Vieira Couto de Magalhães, ex-presidente da província de Goiás, o colégio tinha como objetivo a formação de “línguas” (intérpretes) indígenas – para auxiliar no serviço da catequese – mas também o ensino de ofício para os grupos indígenas do Araguaia. Para mais informações acerca do Colégio Isabel, conferir os trabalhos de Caume (1997), Marin (2009), Henrique (2010) e Sena (2021).

Mebêngôkre. No caso em tela, Wanaô recebeu machados e facas. É mister lembrar que a conotação econômica dada à relação aqui estabelecida é, na verdade, a leitura que os *kubê* fizeram desse processo.

Assim como foi com o comandante Manoel Silva Marques, a troca de crianças raptadas por bens materiais continuou em Santa Maria do Araguaia ao longo das décadas de 1860 e 1870. Ela acabou motivando o fluxo dos Irã amrayré entre o sertão, local onde estavam as suas aldeias e empreendiam as suas guerras e o presídio. Um ofício enviado pelo presidente João Bonifácio Gomes de Siqueira ao comandante Manoel Silva Marques, em 21 de maio de 1867, evidencia que a prática da venda de criança pelos Irã amrayré em Santa Maria do Araguaia era algo comum, a ponto de gerar certa preocupação por parte das autoridades da província:

Não deve Vmce por maneira alguma consentir que continue o comércio de índios menores feito por particulares, convindo por esse fim proibir que os mesmos particulares os comprem dos índios embora eles os ofereçam, como costumam, constituindo esse comércio o crime de reduzir a escravidão pessoa livre, todo aquele que nesse presídio o praticar deve ser preso e remetido para esta Capital com todas as provas do crime afim de ser convenientemente processado.³⁰

A orientação ao comandante do presídio para que ele não consentisse na continuidade do comércio de menores indígenas sugere que aquele não era um episódio isolado, mas uma constante na relação dos Irã amrayré com a população do presídio. Era de costume dos Irã amrayré – “como costumam”, queixava-se o presidente – se deslocarem para lá e ali oferecerem a particulares as crianças raptadas. A fim de proibir esse comércio, o presidente lembrou ao comandante que tal prática se constituía crime passível de prisão. Um detalhe, no entanto, não deve ser menosprezado: os Irã amrayré tinham interesse no comércio. Por essa razão o presidente orientou o comandante a “continuar a resgatar todos os índios menores que lhes forem oferecidos pelos Kayapó, ou outros quaisquer”³¹. Estes, orienta ainda o presidente, “conservará aí recebendo a conveniente educação, ou remeterá para esta cidade como julgar mais conveniente, o que deverá ser declarado aos índios no ato do resgate”³².

A ordem dada pelo presidente da província ao comandante não só nos mostra como esse comércio interessava aos Irã amrayré, mas também que durante toda a década de 1860 eles visitaram aquele presídio para trocar crianças raptadas por brindes, cientes de que elas seriam resgatadas, conforme pudemos perceber na orientação do presidente ao comandante do presídio. As ações dos Irã amrayré, portanto, dizem muito acerca do que representava o presídio de Santa Maria do

³⁰ Ofício do Presidente da Província ao Comandante do presídio de Santa Maria do Araguaia, em 21 de maio de 1867. AHEG. Documento manuscrito. Livro 451 – correspondência do Presidente da província com os presídios.

³¹ *Idem*.

³² *Idem*.

Araguaia para eles. Ali eles recebiam e consertavam suas ferramentas e armas, conforme vimos no tópico anterior, mas também permutavam por bens materiais as crianças raptadas em suas guerras.

Apesar das tentativas do presidente da província, a prática da comercialização de crianças continuou em Santa Maria do Araguaia e, em 13 de setembro de 1870, o presidente da província encaminhou um ofício ao seu comandante, dizendo ter ciência de que “algumas praças e paisanos desse presídio compram índios a título de educá-los e os tem como seus escravos”³³. Ao criticar a aquisição de crianças indígenas pelos militares (praças) e os paisanos, o presidente evidencia o interesse dos indígenas nesse comércio: “como tais [os indígenas] os vendem, recomendo-lhe mui terminantemente que não consinta que qualquer soldado ou paisano compre índio algum”³⁴. Ainda em sua orientação ao comandante, o presidente afirmou: “quando aí aparecer qualquer tribo que queira dar alguns índios em troca de ferramentas ou brindes, Vmce não consinta que essa troca se faça sem o consentimento do missionário”³⁵.

O que o presidente propunha ao comandante não era o fim da comercialização das crianças, mas que o missionário do presídio fiscalizasse esse processo de aquisição a fim de averiguar se aqueles que os adquiria os educavam ou simplesmente se “limita[va]m [...] só a gozar dos serviços deles”³⁶. Se esse fosse o caso, o missionário deveria passar essas crianças para as pessoas que cuidassem de sua educação. Ao comandante caberia a função de auxiliar o missionário e reportar à presidência da província qualquer ocorrido acerca da questão. O presidente da província, reitero, não criticou o comércio em si, mas a exploração da mão de obra indígena – como escravos – por particulares. Um dos riscos que essa atitude trazia era o de despertar a animosidade dos grupos indígenas e, com isso, suscitar um ataque ao presídio. Outrossim, os maus tratos poderiam também afugentar os grupos indígenas para o sertão e inviabilizar a catequese.

Com a promulgação da lei de 27 de novembro de 1831 ficaram revogadas as Cartas Régias de 1808, que mandavam fazer guerra e reduzir à servidão os índios aprisionados, entretanto a situação nos sertões do Império se mostrava diferente. Conforme lembrou Soraia S. Dornelles, a partir da província de São Paulo, a prática do resgate indígena no século XIX é um exemplo da “força do costume perante a lei” (DORNELLES, 2018, p. 89). A autora mostra como a prática do resgate, que remonta aos tempos coloniais, ainda era utilizada, readequando-se “às prerrogativas

³³ Ofício do Presidente da Província de Goiás ao Comandante do Presídio de Santa Maria do Araguaia, em 13 de setembro de 1870. AHEG. Documento manuscrito. Livro 451 – correspondência do Presidente da província com os presídios.

³⁴ *Idem.*

³⁵ *Idem.*

³⁶ *Idem.*

legais e interesses específicos de parte da elite política paulista” (DORNELLES, 2018, p. 91)³⁷. No caso em tela, o resgate se constituía “o pagamento do valor para os possuidores de indígenas escravizados ilegalmente, devolvendo-lhes sua liberdade” (DORNELLES, 2018, p. 91). Ainda segundo a autora, na São Paulo oitocentista os índios representavam boa parte da mão de obra das fazendas do sertão, e assim, quer fossem arrecadados ou contratados nos aldeamentos, ou simplesmente escravizados, eram eles “os peões das estâncias, os trabalhadores das aberturas de estradas e de tantas outras sortes de serviços” (DORNELLES, 2018, p. 91).

A escravidão indígena também era uma realidade na Amazônia do oitocentos. A prática do apresamento e os trabalhos forçados a que vários indígenas foram submetidos nas províncias do Pará e Amazonas foram fartamente registrados nos relatos de viajantes (SAMPAIO & HENRIQUE, 2019, p. 230-8). Do cotidiano dos trabalhadores indígenas faziam parte os castigos corporais, jornadas exaustivas e um sistema de dívida mediante o aviamento. De acordo com Sampaio e Henrique, “os relatos dos viajantes não deixam dúvida quanto à existência da escravidão dos índios no século XIX, um ‘comércio criminoso’ de reconhecida prática e, em muitos casos, com pleno conhecimento das autoridades” (2019, p. 234). No caso de Goiás, na década de 1870, com a fundação do colégio Isabel, a presidência da província atuou de maneira mais direta no resgate de crianças indígenas trazidas pelos Irã amrayré ao presídio de Santa Maria do Araguaia. Essa era a sua principal estratégia de aquisição de alunos indígenas para a referida instituição (MARIN, 2009, p. 160). Não por acaso, era daquele presídio que provinha a maior parte dos alunos do colégio Isabel, conseguidos graças aos resgates pagos aos Irã amrayré.

Conforme as pesquisas têm demonstrado, as guerras e rivalidades entre os diferentes grupos indígenas no Brasil foram utilizadas pelos colonizadores a serviço da captação de mão de obra indígena e da expansão das fronteiras internas. Esse foi o caso do Rio de Janeiro, no século XVI, conforme demonstrou Almeida (2013). Ali os colonizadores fizeram uso dessas rivalidades indígenas para conquistar e dominar a nova terra e suas gentes. Para isso a aliança com os indígenas foi fundamental. Havia, como bem lembra Almeida, uma multiplicidade de interesses nesse processo, inclusive por parte dos indígenas. Para os Teminimós, por exemplo, a guerra foi “a oportunidade de realizar a mais cruel vingança contra seus inimigos, e antigos vencedores” (ALMEIDA, 2013, p. 47). John Monteiro, ao destacar as alianças construídas pelos índios com os europeus na capitania paulista, lembra que nessa relação “os índios [...] certamente percebiam outras vantagens imediatas na formação de alianças com os europeus, particularmente nas ações bélicas conduzidas contra os

³⁷ Na América portuguesa, o *resgate* era uma das formas legais de escravização dos grupos indígenas do sertão, resgatando os índios capturados de seus captores a troco de mercadorias (ALENCASTRE, 2000, p. 119). As guerras indígenas eram muitas vezes incentivadas pelos colonizadores, justamente com o objetivo de promover a escravização dos índios do sertão, mediante o dispositivo do resgate.

inimigos mortais” (MONTEIRO, 1995, p. 29). No nordeste colonial, Pedro Puntoni ressaltou a importância dos indígenas nas guerras no sertão. Segundo ele, os indígenas desempenhavam um papel de povoador, cuja função era de suma importância na construção do domínio colonial. De acordo com o autor, além do conhecimento do território, eles eram os “únicos capazes de [...] contribuir para as tropas com os homens necessários às diversas guerras e escaramuças travadas entre os colonizadores e tribos que se manifestavam hostis, e entre colonizadores de diversas nações” (PUNTONI, 2002, p. 50). Stuart B. Schwartz, em *Segredos Internos*, também ressaltou a importância dos indígenas nas guerras. Segundo ele, os portugueses aproveitavam “a habilidade militar de seus aliados nativos, usando-os contra povos ainda não submetidos ao julgo português” (SCHWARTZ, 1988, p. 52).

Mas em alguns casos eram os missionários que faziam uso das guerras indígenas como forma de expansão das missões. Akira Saito (2015), por exemplo, ao analisar esse processo a partir das missões jesuíticas de Moxo, no Vice-Reinado do Peru, mostra como o estabelecimento do regime de missões não levou ao fim das guerras indígenas, tidas pelos missionários como oposta à atividade de catequese e civilização indígena; pelo contrário, os religiosos fizeram uso dela para a expansão das missões. Segundo Saito:

en vez de desarraigar la guerra, los misioneros la aprovecharon como un mecanismo de expansión de las misiones. En particular, adoptaron la práctica indígena de capturar prisioneros e incorporarlos al grupo de los cautivadores. Arguyo que la expedición misionera a las tierras de los infieles mantenía una continuidad con la guerra indígena. Montados a caballo y armados de arcos y flechas, los neófitos asaltaban por sorpresa a los pueblos de los infieles, cautivaban a cuantos infieles podían y los conducían a su reducción. Posteriormente los cautivadores alojaban a los presos en casas particulares y los ponían bajo su protección. (SAITO, 2015, p. 37)

Nota-se aqui como os missionários fizeram da guerra indígena e da prática de captura de prisioneiros um expediente importante para a expansão missionária. Pode-se afirmar, portanto, que a prática do governo provincial de Goiás para com os Irã amrayré, utilizando-os enquanto agentes de aquisição de menores para o colégio Isabel, não era algo novo, tampouco uma exclusividade da província, eis que era um expediente disseminado em vários lugares dentro e fora do Império. Entretanto, não se tratava somente da habilidade (ou não) das autoridades em conseguir manejar essa situação a seu favor. É preciso considerar também os interesses dos próprios Irã amrayré nessa relação de negociação. No primeiro relatório produzido acerca do colégio Isabel, no ano de 1871, o presidente Antero Cícero de Assis apontou a importância daquele presídio para essa instituição, dizendo: “do presídio de Santa Maria tem vindo para o colégio diversos índios menores, enviados pelo missionário Frei Savino de Rimini, coadjuvado pelo comandante do presídio” (GOIÁS, 1871, p. 12). Em seu relatório de 1873 sobre a catequese e civilização dos índios na província, Antero Cícero

de Assis informou que continuava realizando os resgates dos índios que para ali eram levados pelos Irã amrayré³⁸.

As escaramuças dos Irã amrayré com outros grupos indígenas foram habilmente exploradas pela presidência da província em sua estratégia de aquisição de alunos para o colégio ao longo de toda a década de 1870. Em 1875, o presidente Antero Cícero de Assis destacou mais uma vez como as guerras Irã amrayré eram fundamentais para a aquisição de alunos para o colégio Isabel. Na ocasião ele se ressentia da ausência de um missionário em Santa Maria do Araguaia após a morte de frei Francisco e lamentava o seu impacto na aquisição de alunos. Informa o presidente:

A missão de S. Maria do Araguaia que se achava a cargo do finado frei Francisco do Monte S. Vito, muito se ressentia da falta de um sacerdote que ali reside, pois que os índios Kayapó, a maior das tribos do Araguaia, tem de algum modo afugentado-se daquela povoação, única que se relaciona ali conosco e que tem prestado importantes serviços ao colégio Isabel promovendo a aquisição de menores para ele (GOIÁS, 1875, p. 39)

Com a morte do missionário capuchinho em 1873 e a ausência dos Irã amrayré do presídio, a preocupação do presidente era com a “aquisição de menores” para o colégio, haja vista que os Irã amrayré eram, segundo ele, os únicos que se relacionavam com aquela guarnição e “vendiam” as crianças raptadas em suas guerras. Nessa situação, o sistema que as autoridades da província utilizavam para manter em funcionamento o colégio corria o risco de ruir. De todo modo, na década de 1880 a situação continuava, conforme informou o missionário dominicano frei Michel Laurent Berthet, em relato acerca da aquisição de menores indígenas para o colégio Isabel: “os índios não dão facilmente seus filhos aos cristãos. Mas, se por ocasião de uma guerra, fazem prisioneiros, apressam-se em oferecer as crianças aos encarregados da catequese, em troca de um machado ou de um objeto” (BERTHET, 1982, p. 145).

Contraopondo-se ao pensamento de Terence Turner, para quem os Mebêngôkre eram autossuficientes antes do contato com a sociedade nacional, Cesar Gordon (2006) demonstrou que na verdade os Mebêngôkre eram abertos ao outro, à incorporação da alteridade. Nesse processo a guerra era fundamental. E isso, informa o autor, antecede o contato com os *kubẽ*. Desse modo, partindo dessa compreensão, é possível afirmar que a possibilidade de incorporação de bens manufaturados mediante o contato e a negociação com o presídio de Santa Maria do Araguaia não representou o início da guerra dos Irã amrayré contra seus tradicionais inimigos, mas a potencialização da Guerra Mebêngôkre. Isso ocorria em função da possibilidade de se obter cada vez mais os bens materiais que os *kubẽ* lhes forneciam em troca dos seus cativos de guerra.

³⁸ Assim informou o presidente: “continua a funcionar e por modo bem lisonjeiro o colégio Isabel fundado em Santa Leopoldina para o qual tem vindo alguns índios menores, principalmente de S. Maria, onde são resgatados os Kayapó que para ali conduzem os Karajá, e outros que vivem em escaramuças com os ditos Kayapó” (GOIÁS, 1872, p. 29).

Três anos após a sua trágica expedição contra os Gorotire, o capitão Wanaô sofreu um revés que selou de vez o seu destino. Num ataque realizado pelos seus tradicionais inimigos Mebêngôkre, no dia 28 de fevereiro de 1878, Wanaô foi morto. O ofício do presidente Antero Cícero de Assis afirmou que os Gorotire atuaram em conjunto com outros “índios Kayapó”. O motivo, segundo ele, era o fato de que Wanaô “obstava os intentos de todos eles de agressão à gente civilizada como chefe do aldeamento d’aqueles estabelecidos próximos ao presídio de S. Maria do Araguaia”³⁹. Após o ataque, segundo o presidente da província, os Gorotire atacaram as roças dos moradores do presídio, destruindo-as, e atacando três agricultores, conforme relatou o presidente:

acometeram de surpresa a três pais de família dali que tinham ido ver seus plantios, matando a cacete e flechando a dois deles, Noberto Neves Ribeiro e José Ferreira de Almeida, e ferindo gravemente ao terceiro, que logrou escapar-se e chegar ao presídio, onde referiu o acontecimento”.⁴⁰

O relato se segue com a informação de que os Gorotire continuaram suas expedições na região do Araguaia, o que resultou no envio de “um oficial com algumas praças de linha e municionamento”⁴¹ ao local, atendendo assim às solicitações do comandante daquele presídio, bem como do encarregado do Serviço de Catequese do Vale do Araguaia.

No que concerne à guerra indígena, é preciso ressaltar que os casos em tela nos mostram como a relação dos Irã amrayré com o presídio de Santa Maria do Araguaia promoveu uma mudança no que diz respeito à prática de incorporação (socialização) das crianças raptadas no seio da comunidade aldeã. Pode-se afirmar, assim, que o presídio de Santa Maria do Araguaia, enquanto uma instituição de fronteira, proporcionou o contato e a relação entre os Irã amrayré, os *kubê* e seus bens, fazendo daquele espaço uma zona de contato, na qual cada um dos diferentes agentes sociais possuía motivações próprias na construção e manutenção das relações interétnicas. Para aqueles que implementavam a política indigenista da província visando a catequese e civilização dos grupos indígenas, o presídio era um *locus* importante para a incorporação dos sertões do Araguaia e sua população à lógica econômica imperial, sobretudo pela possibilidade de controle do território e formação de mão de obra. Nesse sentido, a presença dos Irã amrayré no presídio era condição *sine qua non* para a execução desse intento. Para o Irã amrayré, por seu turno, a relação construída com os invasores de seu território, que eles outrora tentaram obstar, estava inserida dentro de uma rede mais ampla preexistente ao contato, na qual eles colocavam em prática o seu sistema de predação/incorporação do outro.

³⁹ Ofício do Presidente da Província de Goiás ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 10 de abril de 1878. AHEG. Documentos Manuscritos. Livro 652 – correspondência da Presidência da Província de Goiás ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas (1877-1879).

⁴⁰ *Idem.*

⁴¹ *Idem.*

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na obra *Os Índios e a civilização*, Darcy Ribeiro afirmou que frente à “expansão civilizadora” da sociedade nacional, cabia aos grupos indígenas somente três reações: a fuga, a guerra ou a aceitação. No primeiro caso, rumava-se para territórios ermos, evitando-se o contato. No que concerne à segunda reação – isto é, a resposta hostil aos avanços da sociedade nacional – a sociedade indígena entraria num “estado de guerra permanente” (RIBEIRO, 2017 [1970], p. 193), uma vez que recusaria o contato e imporá limites ao avanço da fronteira nacional. A terceira opção, descrita por ele como uma “fatalidade inelutável”, seria justamente o convívio com os diferentes representantes da sociedade nacional, o que resultaria num conjunto de desafios à sociedade indígena. Segundo ele, a partir desse momento, “os índios se veem submetidos a uma série de desafios, todos eles conducentes a transfigurações sucessivas no seu modo de ser e de viver” (RIBEIRO, 2017 [1970], p. 193).

Em que pese a monumental contribuição do autor para a reflexão acerca da relação dos grupos indígenas com a sociedade nacional, seu modelo explicativo parece não dar conta da complexidade desse processo. O caso dos Irã amrayré em sua relação com um importante entreposto de expansão das fronteiras nacionais no século XIX é exemplar nesse sentido. Não resta dúvidas que nessa relação assimétrica de forças com os *kubẽ*, eles perderam muito, mas, parafraseando John Monteiro (1999), resumir a sua experiência com a fronteira na perspectiva da “crônica da extinção” é incorrer em mais uma violência dentre tantas as que eles sofreram ao longo do contato com os *kubẽ*. Se hoje os antigos territórios dos Irã amrayré no sul do Pará foram convertidos em pastos para extensos rebanhos de gado bovino, resultado do avanço da fronteira agropastoril no século XX (IANNI, 1978; SILVA, 2007), no oitocentos a história era completamente diferente.

Aqui retomo alguns aspectos apontados ao longo dessa discussão para justificar essa argumentação. Em sua relação com o presídio de Santa Maria do Araguaia, os Irã amrayré buscaram a todo instante manejar essa experiência de acordo com os seus interesses e suas experiências históricas, e nisso eles acabaram por impor limites ao projeto das autoridades da província no que diz respeito à catequese e civilização indígena. O presídio assumiu para aquele grupo um papel e um significado diferente daquele pretendido por aqueles que pensavam e executavam a política indigenista em Goiás. Se por muito tempo eles tentaram obstar, através de seus ataques, a refundação de uma guarnição em seu território, na década de 1860 os Irã amrayré se aproximaram daquele presídio e lograram estabelecer uma aliança. Entretanto, eles tinham os seus próprios interesses nessa relação.

Conforme vimos, foi a guerra com os Gorotire que motivou essa aproximação dos Irã amrayré com o comandante de Santa Maria do Araguaia. Ali eles buscaram obter ferramentas de trabalho

agrícola, armas e munições, fundamentais para as suas guerras. A partir dessa relação, portanto, eles puderam incorporar um conjunto de bens da cultura material dos *kubẽ*, do outro, ao seu mundo através das trocas comerciais, em especial as espingardas. Diferentemente do que propõe Darcy Ribeiro acerca das reações indígenas ao avanço da sociedade nacional, essa aliança não representou uma acomodação/aceitação por parte dos Irã amrayré ao projeto de poder da província de Goiás. Aproximaram-se, mas não se acomodaram. Nessa perspectiva, cabia ao missionário capuchinho que estava naquele presídio, frei Francisco de Monte São Vito, fazer o que era possível para dar alguma instrução religiosa aos Irã amrayré quando eles visitavam aquele presídio.

O contato e o convívio com o presídio de Santa Maria do Araguaia, por sua vez, geraram algumas transformações entre os Irã amrayré. No caso aqui analisado, percebemos como houve uma alteração no que diz respeito à destinação das crianças de outros grupos indígenas raptadas pelos Irã amrayré em suas guerras. Tradicionalmente elas eram inseridas na sociedade indígena e por meio delas o grupo poderia aprender novos cantos, danças, técnicas, enfim, conhecimentos técnicos e estéticos. Uma vez cientes dos interesses dos *kubẽ* por seus cativos de guerra, os Irã amrayré passaram a trocá-los por bens materiais, os quais muitas vezes só eram adquiridos através das suas guerras. No decorrer de toda a segunda metade do século XIX, entre o sertão e o presídio de Santa Maria do Araguaia, entre a guerra e a paz, os Irã amrayré jamais deixaram de buscar manejar o contato e a experiência com os *kubẽ* visando seus objetivos, e nisso eles limitaram e até mesmo redimensionaram a política indigenista pensada para eles. Durante esse período o projeto de catequese e civilização indígena no presídio e mesmo no vale do rio Araguaia pouco avançou, de modo que no início do século XX, um missionário dominicano, ao percorrer aquele rio e passando por Santa Maria do Araguaia, foi taxativo em afirmar que a região era “um país selvagem” (GALLAIS, 1903, p. 9). A afirmação do missionário testifica justamente essa resistência indígena ao processo de catequese e civilização tentado ao longo do século XIX. A resistência Irã amrayré se deu não através da negação do contato e convívio com o outro, mas negociando e buscando criar espaços de autonomia. No século XX, com a catequese dominicana, a sua sorte mudaria drasticamente. Isso, no entanto, fica para uma outra oportunidade.

REFERÊNCIAS

Fontes

Arquivo Histórico Estadual de Goiás (AheG)

Documentos manuscritos: livros 576, 662, 673, 427, 451, 652

Museu das Bandeiras (MUBAN)

Volumes: 1680 e 1673

Jornais e revistas

A Constituição. Belém do Pará, 3 de novembro de 1880, ano VII, n. 246

A Constituição. Belém do Pará, 30 de agosto de 1882

Correio Oficial de Goiás. Sábado, 8 de janeiro de 1876. Ano XXXIX, n. 01

O Almanak Paraense de Administração, Comércio, Indústria e Estatística. Organizado por Belmiro Paes de Azevedo. Primeiro ano. Tipografia de Assis & Lemos, 1883

O Liberal do Pará. Ano I, n. 62, 28 de março de 1869

O Liberal do Pará. Ano III, n. 75, 5 de abril de 1871

Center for Research Libraries

Relatórios da província de Goiás dos anos de 1870, 1871, 1872, 1875, 1876, 1880

Câmara dos deputados

BRASIL, Governo. Coleção das Leis do Império do Brasil de 1851. Tomo XIV, parte II. Tipografia Nacional: Rio de Janeiro, 1852

Bibliografia

ALENCASTRO, Luiz Felipe. *O trato dos viventes: formação do Brasil no Atlântico sul*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. *Metamorfoses indígenas: identidade e cultura nas aldeias coloniais no Rio de Janeiro*. 2 ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2013.

BERTHET, Frei Michel Laurent. Uma viagem de missão pelo Brasil (1883). In: *Revista Memórias Goianas*. Vol. I. Centauro – gráfica e editora: Goiânia, 1982

CARVALHO, Francisquinha Laranjeira. *Fronteiras e conquistas pelo Araguaia (Século XIX)*. Goiânia: Kelps, 2006.

CASTELNAU, Francis. *Expedição às regiões centrais da América do Sul*. (Coleção Reconquista do Brasil – 2ª série). Vol. 217. Belo Horizonte/Rio de Janeiro: Ed. Itatiaia Ltda, 2000.

CAUME, David J. A história de uma escola para índios: Colégio Isabel (Goiás, 1870-1888). *Inter-Ação*, Goiás, v. 21, n.1-2, p.97-124, jan./dez.1997.

CHAVES, Carlos Eduardo. *Nas trilhas Irã Āmrānh: sobre história e cultura material Mebêngôkre*. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Federal do Pará. Belém: 2012

COUDREAU, H. *Voyage au Tocantins-Araguaya*. Paris: A. Lahure, Imprimeur-Editeur, 1897

DORNELLES, Soraia Sales. Trabalho compulsório e escravidão indígena no Brasil imperial: reflexões a partir da província paulista. *Revista Brasileira de História*. vol. 38, no 79, São Paulo: 2018.

FLORES, Mariana Flores da Cunha Thompson & FARINATTI, Luís Augusto. A fronteira manejada: apontamentos para uma história social da fronteira meridional do Brasil (século XIX). HEINZ, Flavio M (org.). *Experiências nacionais, temas transversais: subsídios para uma história comparada da América Latina*. Oikos: São Leopoldo, 2009.

GALLAIS, E. *Uma catequese entre os índios do Araguaia (Brasil)*. São Paulo: Escola Typográfica Salesiana, 1903.

GORDON, Cesar. *Economia Selvagem: ritual e mercadoria entre os índios Xikrin-Mebêngôkre*. São Paulo: Ed. UNESP: ISA; Rio de Janeiro: NUTI, 2006.

HENRIQUE, Márcio Couto. O Soldado-civilizador: Couto de Magalhães e os índios no Brasil do século XIX. In: ALVES, Claudia e NEPOMUCENO, Maria de Araújo (orgs.). *Militares e educação em Portugal e no Brasil*. FAPERJ: Rio de Janeiro: Quartet, 2010.

IANNI, Otávio. *A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia*. Petrópolis: Vozes, 1978.

LAGO, Antônio Florêncio Pereira do. *Relatório dos Estudos da Comissão exploradora dos rios Tocantins e Araguaia*. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1875.

LAMANA, Gonzalo. Definir y dominar. Los lugares grises en el Cuzco hacia 1540. *Colonial Latin American Review*. 10:1, 2001, 25-48.

MARIN, Joel Orlando Bevilaqua. A formação de trabalhadores brasileiros: a experiência do Colégio Isabel. *História Unisinos* 13(2):154-167, maio/agosto 2009.

MARTINS, José de Souza. O tempo da fronteira: retorno à controvérsia sobre o tempo histórico da frente de expansão e da frente pioneira. *Tempo Social: Rev. Sociol. USP*, S. Paulo, 8(1): 25-70, maio de 1996.

MATTOS, Ilmar. Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política. *Almanack braziliense* n°01, maio 2005, p. 01-26.

MONTEIRO, John M. Armas e armadilhas. In: NOVAES, Adauto (org.). *A outra margem do ocidente*. Companhia das Letras: São Paulo, 1999, p. 237-249.

MONTEIRO, John M. *Negros da terra: índios e bandeirantes nas origens de São Paulo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MOREIRA NETO, C. A. A cultura pastoril do Pau d'Arco. *Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi*. Belém, n. 10, março de 1960.

PUNTONI, P. *A Guerra dos Bárbaros: povos Indígenas e a Colonização do Sertão Nordeste do Brasil, 1650-1720*. HUCITEC/Ed. Universidade de São Paulo. Fapesp: São Paulo, 2002.

RIBEIRO, Darcy. *Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil moderno*. 7 ed. Global Editora: 2017 [1970].

SAITO, Akira. "Guerra y Evangelización en las misiones jesuíticas de Moxos". *Boletín Americanista*. LXV.1, n. 70, 2015.

SAMPAIO, Patrícia M. M. & HENRIQUE, Márcio Couto. *História, memória e escravidão ilegal dos índios no Brasil, século XIX*. In: IVO, Isnara Pereira & GUEDES, Roberta (orgs.). *Memórias da escravidão em mundos ibero-americanos (séculos XVI-XXI)*. 1 ed. Alameda: São Paulo, 2019.

SCHWARTZ, Stuart. *Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial (1550-1835)*. Cia das Letras: São Paulo, 1988.

SENA, Laécio Rocha de. “*Um país selvagem*”: os Mebêngôkre-Irã Amrayré e a fronteira Araguaia na segunda metade do século XIX. 2021. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, 2021.

SILVA, Fábio Carlos da. A economia pastoril e os primórdios do capitalismo na região do Araguaia paraense (1890-1960). *Novos Cadernos NAEA*. v. 10, n. 1, p. 5-22, jun. 2007.

TURNER, T. Os Mebêngôkre Kayapó: história e mudança social, de comunidades autônomas para a coexistência interétnica. In. CARNEIRO DA CUNHA, Manuela (org.). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Fapesp/SMC/Companhia das Letras. 1992, p. 311-338.

VERSWIJVER, G. *Considerations on Mekrãgnotí warfare*. Doctor in de Sociale Wetenschappen Faculter van Rechtsgeleerdheit: Rijksuniversiteit Gent Academiejaar, 1985

VIVEIROS DE CASTRO (Org.). *Mitos indígena inéditos na obra de Curt Nimuendaju*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. N. 21. 1986.